

Divisão dos Serviços de Administração, da Escola Prática de Polícia, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, o Subintendente M/129801 — Raul António Pires.

Lisboa e Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, 18 de Junho de 2010. O Director do Departamento, *Miguel Mendes*, Intendente.

203391368

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 12628/2010

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Valdimiro Cardoso Campos, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido a 08/05/1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

Lisboa, 18 de Junho de 2010. — Pelo Director Nacional, *Maria Helena Bastos Martins*, inspectora superior.

203395272

Aviso n.º 12629/2010

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a José Joaquim Marques Baessa Tavares, natural de São Lourenço dos Órgãos, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 11/05/1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

Lisboa, 18 de Junho de 2010. — Pelo Director Nacional, *Maria Helena Bastos Martins*, inspectora superior.

203395426

Aviso n.º 12630/2010

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Iero Jamanca, natural de Pirada, República da Guiné Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 08/04/1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

Lisboa, 18 de Junho de 2010. — Pelo Director Nacional, *Maria Helena Bastos Martins*, inspectora superior.

203395523

Aviso n.º 12631/2010

Por decreto da Secretária de Estado da Administração Interna de 20 de Maio de 2010, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Ghazanfar Ali, natural de Fatta Bhand, República Islâmica do Paquistão, de nacionalidade paquistanesa, nascido a 05/09/1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

Lisboa, 18 de Junho de 2010. — Pelo Director Nacional, *Maria Helena Bastos Martins*, inspectora superior.

203394884

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10544/2010

Um dos alicerces da segurança do comércio jurídico imobiliário assenta na publicidade da situação jurídica dos prédios dada pela instituição do registo predial. Esta publicidade realiza-se hoje fundamentalmente por

recurso à informação residente numa base dados electrónica, o Sistema de Informação do Registo Predial (SIRP).

A regulamentação do acesso à informação encontra-se prevista nos artigos 106.º a 109.º-F do Código do Registo Predial (CRP). As formas tradicionais de publicidade e prova do registo, acrescenta-se agora a possibilidade de comunicação de dados e acesso directo à informação, simplificando e tornando mais célere e eficaz tal acesso, o que agora ocorre pela primeira vez.

O n.º 4 do artigo 109.º-B do aludido Código estipula que a fixação de custos devidos pelo acesso electrónico é regulada por tabela a aprovar por despacho do Ministro da Justiça.

Assim, ao abrigo do n.º 4 do artigo 109.º-B do Código do Registo Predial, aprovo a seguinte tabela:

1 — Acesso electrónico à informação, com assinatura mensal, pelo período mínimo de um ano — € 250.

2 — Cópia da informação contida na base de dados, fornecida em suporte electrónico, por cada conjunto de 2000 prédios, ou parte — € 1000.

3 — Informação imediatamente disponibilizável pelos serviços para fins de investigação científica ou estatística:

3.1 — Fornecida em suporte electrónico, relativa a cada conjunto de 10 000 prédios, ou parte — € 25;

3.2 — Fornecida em suporte papel, relativa a cada conjunto de 10 000 prédios, ou parte — € 50.

4 — O emolumento devido pela prestação de informação para fins de investigação científica ou de estatística que requeira um tratamento informático especial é o correspondente ao custo efectivo do serviço, acrescido de 10 % desse montante.

5 — As taxas previstas nos números anteriores constituem receita do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

17 de Junho de 2010. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

203390655

Despacho n.º 10545/2010

Um dos alicerces da segurança do comércio jurídico mercantil assenta na publicidade da situação jurídica das entidades sujeitas a registo comercial. Esta publicidade realiza-se hoje fundamentalmente por recurso à informação residente numa base de dados electrónica, designada por sistema de informação de registo comercial (SIRCOM).

A regulamentação do acesso à informação encontra-se prevista nos artigos 78.º-B a 78.º-L do Código do Registo Comercial.

As formas tradicionais de publicidade e prova do registo, acrescenta-se agora a possibilidade de comunicação de dados e acesso directo à informação, simplificando e tornando mais célere e eficaz tal acesso.

O artigo 115.º do referido código prevê a aplicação como direito subsidiário as normas do Código de Registo Predial (CRP). Por sua vez, o n.º 4 do artigo 109.º-B do CRP estipula que a fixação de custos devidos pelo acesso electrónico é regulada por tabela a aprovar por despacho do Ministro da Justiça, o que agora ocorre pela primeira vez.

Assim, nos termos conjugados do artigo 115.º do Código do Registo Comercial e do n.º 4 do artigo 109.º-B do Código do Registo Predial, aprovo a seguinte tabela:

1 — Acesso electrónico à informação, com assinatura mensal, pelo período mínimo de um ano — € 250;

2 — Cópia da informação contida na base de dados, fornecida em suporte electrónico, por cada conjunto de 2000 entidades ou parte — € 1000;

3 — Informação imediatamente disponibilizável pelos serviços para fins de investigação científica ou estatística:

3.1 — Fornecida em suporte electrónico, relativa a cada conjunto de 10 000 entidades, ou parte — € 25;

3.2 — Fornecida em suporte papel, relativa a cada conjunto de 10 000 entidades, ou parte — € 50;

4 — O emolumento devido pela prestação de informação para fins de investigação científica ou de estatística que requeira um tratamento informático especial é o correspondente ao custo efectivo do serviço, acrescido de 10 % desse montante.

5 — As taxas previstas nos números anteriores constituem receita do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

17 de Junho de 2010. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

203390647

Secretaria-Geral

Aviso n.º 12632/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do pro-

cedimento concursal comum para recrutamento de um técnico superior da carreira geral de técnico superior, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, aberto pelo aviso n.º 22205/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 239, de 11 de Dezembro de 2009, homologada por meu despacho de 08 de Junho de 2010.

Lista Unitária de Ordenação Final

Candidatos	Valoração final
Maria Fernanda Pires Rodrigues	16,366
Célia Maria Gouveia Quaresma	15,763
Sónia Cristina Neves Simões	15,688
Dulce Adelaide Bártolo	15,584
Armando Machado Oliveira	14,792
Maria de Fátima Cerqueira de Sousa Braz Lopes	14,598
Afonso Manuel Gaspar Pinheiro Torres	(a)
Ana Isabel Silvestre Fernandes	(a)
Ana Paula da Silva Ramalho de Almeida	(a)
Ana Paula Marques Fernandes Simão	(a)
António Henrique Leão Pessoa Amorim	(a)
Aurélio Pedro Pinto de Lemos Crespo	(a)
Carlos Miguel Aleixo Dantas Aveiro	(a)
César Cunha Coito Carreira	(a)
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa	(b)
Inácio Francisco Simões de Oliveira	(a)
Margarida Maria Nabais Cipriano de Jesus Rebelo	(b)
Maria Francisca Monteiro Neves Vaz Rebordão Topa	(c)
Maria João Rosa de Carvalho Ramos	(a)
Olga Marina da Costa Cid	(a)

- (a) Exclusão por não comparência à entrevista profissional de selecção.
 (b) Exclusão por ter obtido nota inferior a 9,5 valores na entrevista profissional de selecção.
 (c) desistiu do presente procedimento.

A presente lista encontra-se afixada nas instalações desta Secretaria-Geral e disponibilizada na sua página electrónica, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Os candidatos podem, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, interpor recurso da homologação da lista de ordenação final.

Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 17 de Junho de 2010. —
 A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Lopes Duarte*.

203395134

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Aviso (extracto) n.º 12633/2010

Procedimento concursal comum para o preenchimento de 6 postos de trabalho da carreira técnica superior do mapa de pessoal do INPI

O júri designado para o presente procedimento com base no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, vem notificar todos os interessados de que a Lista Unitária de Ordenação Final dos Candidatos Aprovados, bem como as Exclusões ocorridas no decurso da aplicação dos métodos de selecção, se encontra afixada na sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., sito no Campo das Cebolas, 1149035 Lisboa, em local acessível ao público.

A referida lista encontra-se igualmente disponível na página electrónica do INPI — www.marcaspatentes.pt.

No âmbito da audiência prévia e nos termos do CPA, dispõem os interessados de 10 dias úteis para, caso assim o entendam, dizerem por escrito o que se lhes oferecer sobre o assunto através do formulário disponível no mesmo site.

17 de Junho de 2010. — A Presidente do Júri, *Leonor Trindade*.
 203392283

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Aviso n.º 12634/2010

Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se pública a lista nominativa dos traba-

lhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções por motivo de aposentação, no período compreendido entre 1 e 31 de Maio de 2010:

Francisco Alexandre da Silva Alves Ferreira, Inspector, Escalão 9, em 01-05-2010;

Lúis Mário Marques Vaz, Inspector, Escalão 9, em 01-05-2010;

Miguel Vitoriano Lopes Gil, Especialista Auxiliar, Escalão 5, em 01-05-2010;

Carlos Martins de Oliveira, Segurança, Escalão 9, em 01-05-2010;

Elvira de Jesus Aires Correia de Sá, Assistente Operacional, 3.ª Posição Remuneratória, em 01-05-2010;

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

18 de Junho de 2010. — Pela Directora da Unidade, *João Prata Augusto*.

203394868

Despacho (extracto) n.º 10546/2010

Por despacho de 2010.05.26 do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo e nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, foi declarado concluído com sucesso o período experimental das especialistas estagiárias Licenciadas Maria Margarida Cabral Formosinho Simões e Sandra Isabel Lourenço Rodrigues, ficando posicionadas na categoria de especialistas de escalão 1, com efeitos a 20.04.2010.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de Junho de 2010. — Pela Directora da Unidade, *(João Prata Augusto)*.

203395037

Despacho (extracto) n.º 10547/2010

Por despacho de 2010.05.12 do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo e nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, foi declarado concluído com sucesso o período experimental da especialista estagiária Licenciada Alice da Conceição Almeida da Silva Machado, ficando posicionada na categoria de especialista de escalão 1, com efeitos a 20.04.2010.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de Junho de 2010. — Pela Directora da Unidade, *(João Prata Augusto)*.

203394998

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete de Estratégia e Estudos

Aviso n.º 12635/2010

Nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e de acordo com o meu despacho de 6 de Maio de 2010, determino a alteração do ponto 26 do Aviso de abertura n.º 21003/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 20 de Novembro, relativo ao procedimento concursal comum para recrutamento de 3 postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, na carreira geral de técnico superior.

A alteração fundamenta-se no impedimento definitivo do presidente do júri então designado.

Assim, o ponto 26 do mencionado Aviso passa a ter a seguinte redacção:

«26 — Composição do júri para os três postos de trabalho: Presidente: João Carvalho Leão, Director. Vogais: Manuel de Herédia Caldeira Cabral, Professor Universitário, Ricardo Paes Mamede, Coordenador do Núcleo de Estudos e Informação do Observatório do QREN.»

Este despacho produz efeitos a partir de 6 de Maio de 2010

Lisboa, 7 de Junho de 2010. — O Director, *João Reis Carvalho Leão*.

203376383

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 10548/2010

A SPER — Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S. A., pretende executar a obra de construção do lanço A do